

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JEFFERSON ALEXANDRE LOPES

A DECISÃO DO GOVERNO UCRANIANO PELO DESARMAMENTO NUCLEAR E SUA

CONTRIBUIÇÃO PARA A INVASÃO DA CRIMEIA:

Uma análise à luz da Teoria do Equilíbrio de Poder

Rio de Janeiro

2022

CC JEFFERSON ALEXANDRE LOPES

A DECISÃO DO GOVERNO UCRANIANO PELO DESARMAMENTO NUCLEAR E SUA

CONTRIBUIÇÃO PARA A INVASÃO DA CRIMEIA:

Uma análise à luz da Teoria do Equilíbrio de Poder

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Marcos Valle Machado da Silva

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Capitão-de-Fragata (RM1) Marcos Valle Machado da Silva, pelos valiosos ensinamentos que se transformaram em orientações precisas e seguras no desenvolvimento desta dissertação.

Aos amigos de turma, Capitão-de-Corveta Henrique Souza Tomazinho, Capitão-de-Corveta Léo Simões Bastos e Capitão-de-Corveta Bruno Fernandes da Costa Silva, por contribuírem com oportunas considerações e sugestões para o aprimoramento das minhas pesquisas.

Aos meus amigos pelas doses diárias de ânimo e incentivo.

Aos meus pais, Sra Maria José e Sr Heleno, por suas orações rogando sempre por proteção divina.

A Deus por iluminar minha mente e fortalecer-me nos momentos mais difíceis.

“A foto revela tudo o que pode ser percebido pelo olho nu. Já o retrato pintado pode não mostrar tudo que for visível pelo olho, mas indica, ou pelo menos procura indicar, algo que não pode ser observado pelo olho, a saber, a essência humana da pessoa retratada.”

(Morgenthau, 1993)

RESUMO

Após a dissolução da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), a Ucrânia se tornou herdeira de um vasto arsenal nuclear, acarretando forte pressão da Rússia e do Ocidente pela devolução das ogivas situadas em seu território. Por ocasião do processo de desarmamento nuclear ucraniano (1991 – 1996), os debates, que pairavam na Ucrânia, remetiam aos benefícios que a posse dessas armas poderiam proporcionar ao recém-criado Estado ucraniano, principalmente, no que diz respeito à garantia da sua autonomia e independência perante o Sistema Internacional. Contudo, a decisão do governo ucraniano foi no sentido contrário, ao abdicar de ser um Estado detentor de armas nucleares. Tal fato fez com que a Rússia se consolidasse como única potência nuclear no âmbito do leste europeu e, doravante, demonstrações de poder passaram a ser empreendidas nos Estados sob sua esfera de influência, culminando com a invasão da Crimeia (2014). Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: a decisão do governo ucraniano pelo desarmamento nuclear contribuiu para que a sua integridade territorial fosse violada em 2014? Para responder essa pergunta, foi utilizado o desenho de pesquisa confronto entre teoria e realidade, colocando-se, como propósito desta dissertação, demonstrar que a decisão do governo ucraniano de renunciar a posse de armas nucleares contribuiu para haver a violação da sua integridade territorial empregando a Teoria do Equilíbrio de Poder de Kenneth Waltz (1924 – 2013). De acordo com o equilíbrio interno, arranjo particular dessa Teoria, a Ucrânia deveria ter decidido em prol do armamento nuclear para tornar-se forte militarmente e, assim, possuir a capacidade de contrapor-se a eventuais ameaças. Para atingir tal propósito, o objetivo geral da dissertação foi evidenciar e analisar como a decisão do governo ucraniano de renunciar à posse de armas nucleares contribuiu para haver violação de sua integridade territorial. Esta dissertação se justifica por tratar de um tema das Relações Internacionais em destaque na atualidade e sua relevância em demonstrar que a decisão ucraniana trouxe impactos negativos para a própria Ucrânia, bem como outros desdobramentos para a Europa e o restante do mundo.

Palavras-chave: Desarmamento Nuclear. Relações Internacionais. Rússia. Ucrânia. Ocidente. Decisão do Governo Ucraniano. Teoria do Equilíbrio de Poder. Equilíbrio Interno. Sistema Internacional. Invasão da Crimeia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA –	Agência Internacional de Energia Atômica
CEI –	Comunidade dos Estados Independentes
EUA –	Estados Unidos da América
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAL –	<i>Permissive Action Links</i>
RI –	Relações Internacionais
RU –	Reino Unido
SALT –	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i>
SI –	Sistema Internacional
START –	<i>Strategic Arms Reduction Treaties</i>
TEP –	Teoria do Equilíbrio de Poder
TNP –	Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares
UE –	União Europeia
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FUNDAMENTOS DA TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER.....	11
2.1	A QUESTÃO DO PODER.....	12
2.2	A ORDEM ANÁRQUICA.....	13
2.3	A TEORIA REALISTA E NEORREALISTA.....	14
2.4	A TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER.....	15
3	O DESARMAMENTO NUCLEAR.....	21
3.1	A IMPORTÂNCIA DO DESARMAMENTO NUCLEAR.....	21
3.2	A IMPORTÂNCIA DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	25
3.3	AS IMPLICAÇÕES DO DESARMAMENTO NUCLEAR DA UCRÂNIA NA DISTRIBUIÇÃO DO PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	29
4	O PROCESSO DE ARMAMENTO E DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO.....	31
4.1	O PROCESSO DE ARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO.....	32
4.2	O PROCESSO DE DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO.....	34
4.3	OS MOTIVOS DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO.....	36
5	A ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO PARA A INVASÃO DA CRIMEIA À LUZ DA TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER....	39
6	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria (1947 – 1991) foi, em maior parte, o resultado de transformações políticas, notadamente na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde seu ex-líder Mikhail Gorbachov (1931 – 2022) reconheceu os custos econômicos incapacitantes decorrentes da competição armamentista contra os Estados Unidos da América (EUA). Destarte, a ex-URSS entrou em colapso e, conseqüentemente, esfacelou-se, constituindo quinze Estados independentes. Dentre eles, três causaram certa inquietação internacional: a Ucrânia, a Bielorrússia e o Cazaquistão, as novas herdeiras nucleares. Estes Estados, em razão das frágeis condições políticas e econômicas que surgiram, preocuparam a Rússia, a principal herdeira, e o Ocidente, no que diz respeito à possibilidade de extravio e emprego indevido das armas nucleares situadas em seus territórios.

Nesse contexto, a Rússia também se encontrava fragilizada, em péssima condição militar, política e econômica. Tal fato, aliado à histórica sensação de insegurança do povo russo, fez com que, inicialmente, a sua preocupação fosse garantir a própria segurança e, em um segundo momento, fortalecer o Estado pela recuperação de suas capacidades, as quais, na perspectiva russa, eram necessárias para contrapor possíveis ameaças. Para tanto, as armas nucleares localizadas nas citadas três ex-repúblicas soviéticas, mostraram ser uma alternativa viável para aumentar o poderio bélico dos russos, e, logo, empenharam-se em angariar esses arsenais.

Já no caso da Ucrânia, tendo este Estado se consolidado como o terceiro maior detentor de armas nucleares, a imposição da Rússia pela devolução desse armamento foi, inicialmente, considerada. Entretanto as constantes interferências do governo russo na

Ucrânia fizeram este recém-independente Estado repensar a entrega dessas armas. De maneira análoga ao ocorrido na Rússia, o governo ucraniano também observou que elas eram necessárias para manter o Estado forte, além de garantir a sua independência e autonomia. Adiante, a Ucrânia percebeu que tais armas poderiam ser barganhadas com o Ocidente em troca de uma posição mais vantajosa no Sistema Internacional (SI).

Em virtude dos fatos mencionados, a questão de pesquisa desta dissertação é: a decisão do governo ucraniano pelo desarmamento nuclear contribuiu para que a sua integridade territorial fosse violada em 2014?

Para responder tal questionamento, estabeleceu-se como propósito da dissertação, demonstrar que a decisão do governo ucraniano de renunciar à posse de armas nucleares contribuiu para haver a violação da sua integridade territorial empregando a Teoria do Equilíbrio de Poder (TEP), e o objeto de pesquisa é o processo de desarmamento nuclear ucraniano (1991 – 1996) até a anexação da Crimeia (2014). Cabe ressaltar que esse processo foi conturbado, a julgar pela forte influência russa e ocidental nos segmentos políticos internos ucranianos a favor e contra ao desarmamento nuclear. Posteriormente, consolidada a desnuclearização, desencadearam-se diversas alternâncias de governos pró-Rússia e pró-Ocidente, evidenciando-se, assim, a ingerência desses Estados na Ucrânia, culminando com a invasão da Crimeia.

Tal invasão também evidenciou as teorias que se dispunham a explicar o comportamento dos Estados, as quais recrudesceram de importância nas Relações Internacionais (RI). Nesse sentido, a Teoria Realista, Neorrealista e a TEP — que ressaltam o Estado como principal ator no SI — assumem papel de maior visibilidade em detrimento a outras teorias das RI, principalmente, as teorias baseadas em princípios liberais tal qual o estado de direito, interdependência econômica e democracia.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral da dissertação, a saber, evidenciar e analisar como a decisão do governo ucraniano de renunciar à posse de armas nucleares contribuiu para haver a violação da sua integridade territorial, foram tratados os seguintes objetivos específicos: i) enunciar a TEP e às duas formas que se manifestam, o equilíbrio externo e interno; ii) evidenciar a importância do desarmamento nuclear ucraniano no cenário mundial e suas implicações na distribuição do poder no SI; iii) apresentar o processo de armamento e desarmamento nuclear ucraniano e os motivos que levaram seu governo a decidir-se por abdicar do seu arsenal nuclear; e iv) analisar como essa decisão contribuiu para a ocupação da Crimeia pela Rússia à luz da perspectiva da TEP.

Para a consecução dos objetivos propostos, esta dissertação foi estruturada em seis capítulos: no primeiro capítulo, foi exposta uma breve introdução; no segundo, é apresentada a TEP, o referencial teórico empregado por este autor para realizar suas análises; o terceiro capítulo trata da importância do desarmamento nuclear da Ucrânia no cenário mundial e suas implicações na distribuição do poder no SI; no quarto, é destacado o processo de armamento e desarmamento nuclear ucraniano e os motivos que levaram seu governo a decidir-se por abdicar do seu arsenal nuclear; no quinto, é averiguada como tal decisão contribuiu para a ocupação da Crimeia pela Rússia à luz da perspectiva da TEP; e, no último capítulo, é anunciada a conclusão, buscando-se “demonstrar que o desarmamento nuclear ucraniano contribuiu para violação da sua integridade territorial empregando a TEP” — propósito desta dissertação.

Para atingir tal propósito, empregou-se o desenho de pesquisa confronto teoria e realidade. Pois, com o fito de facilitar as análises, a TEP demonstrou ser abrangente e pragmática, e, em particular, seu arranjo interno se manifestou no comportamento da Rússia e da Ucrânia, alterando as relações entre esses Estados.

Por fim, esta dissertação se justifica por ser uma fonte de consulta para futuras análises no meio militar e acadêmico, tratando de um tema nas RI em destaque na atualidade. Nesse sentido, sua relevância consiste em demonstrar que a decisão dos ucranianos pela renúncia das armas nucleares continua a trazer-lhes impactos negativos com desdobramentos na Europa e no mundo. Especificamente, no caso do Estado brasileiro, onde se zela pelos princípios constitucionais da defesa da paz, da não intervenção e da solução pacífica dos conflitos nas suas RI, a violação da integridade territorial ucraniana suscitou debates no Poder Nacional e suas demais expressões; principalmente, na expressão militar, e, em particular, na Marinha do Brasil, sobre como a dissuasão nuclear — decorrente do fortalecimento do Estado pela posse de tais armas — pode contribuir para a observância desses princípios. À vista disso, por meio desta dissertação, encontrou-se a oportunidade de retomar a discussão em torno da importância das armas nucleares para a preservação da integridade territorial, a manutenção dos interesses estatais, além de sua contribuição para o cumprimento dos mencionados princípios constitucionais.

2 FUNDAMENTOS DA TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER

Este capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico que será desenvolvido nesta dissertação, a saber, a TEP, em suas duas formas particulares, o equilíbrio externo e o interno. Para isso, foi organizado em quatro seções: a primeira apontará a questão do poder como instrumento de dominação entre Estados e para a conquista de seus interesses; a segunda discorrerá sobre a ausência de subordinação dos Estados na ordem anárquica; na terceira, a Teoria Realista e Neorrealista e suas perspectivas serão abordadas; e, por fim, será explicada a TEP propriamente dita, evidenciando o motivo pelo qual foi selecionada por este autor como lente teórica para realizar suas análises.

O advento das armas nucleares e o seu potencial uso para fins militares fizeram com que a questão da sobrevivência dos Estados passasse a ser a tônica dos debates internacionais no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Com a decadência da corrente liberal¹, que assistiu seu ideal de paz mundial² ser sobrepujado pelas Grandes Guerras³, a teoria realista foi amplamente empregada para explicar os fenômenos do novo mundo que se encontrava em transformação. Segundo Waltz (1979), a teoria realista cresceu em importância por ressaltar o Estado como o principal ator no SI e estabelecer políticas baseadas na sua segurança e nos seus interesses.

¹ O liberalismo é uma corrente moral e política baseada em tradições filosóficas que postulam que a natureza humana é essencialmente boa. Tal natureza implica indivíduos com capacidade de melhorar suas condições morais e materiais, possibilitando a construção de uma sociedade justa e pacífica, onde a paz duradoura é cultivada. Adiante, esses indivíduos se agrupam, formando os Estados. Estes agem cooperativamente e seguem normas internacionais — objetos da vontade geral. Segundo essa corrente, a expressão da liberdade humana possui condições mais propícias para progredir em ambientes democráticos, dado sua maior abertura e tolerância (MINGST, 2014, p. 103).

² A corrente liberal recebeu forte influência da escola de pensamento idealista, sendo seu principal pensador, o filósofo político alemão Immanuel Kant (1724 – 1804). Em sua obra “A paz perpétua”, Kant defendeu que a paz mundial era possível, por meio de uma federação mundial de repúblicas, vinculadas pelo estado de direito (MINGST, 2014, p. 28).

³ As Grandes Guerras compreendem a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) (Nota do autor).

Inicialmente, tendo em vista a compreensão da TEP e suas implicações nas interações entre os Estados e outros atores no SI, serão abordados dois importantes aspectos da teoria realista, a questão do poder e da anarquia. Ambos fornecem concepções singulares de como os Estados agem para alcançar seus interesses: pela forma como tais Estados estabelecem as relações de poder no SI, no primeiro aspecto citado; enquanto no segundo, pela maneira como o ambiente molda suas atitudes.

2.1 A QUESTÃO DO PODER

Alguns pensadores políticos possuem compreensões similares e complementares de poder como forma de dominação, conquista e imposição de suas vontades pela coação. Sobre a origem do poder, Engels (1984) enfatizou que esse, por tratar-se de uma posse, tem sua origem na coação. Desse modo, a capacidade de coagir é adquirida quando quem exerce determinado cargo se reveste de algum grau de poder. Para Fleiner- Gerster (2006), o poder é obtido por meio da força e exercido de forma simultânea: pela superioridade de uma parte sobre a dependência ou fraqueza da outra. Weber (1991) definiu o poder em termos da probabilidade de impor sua própria vontade numa relação social. Para ele, o poder é exercido quando se emprega toda essa probabilidade, mesmo contra eventuais resistências. Para Hobbes (2006), a questão do poder consiste no emprego dos recursos que um Estado dispõe para angariar qualquer bem futuro.

Adicionalmente, numa perspectiva realista, Morgenthau (1993) afirmou:

O poder pode compreender qualquer coisa que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder abrange todas as relações sociais que servem a esse fim, desde a violência física até os laços psicológicos mais sutis pelos quais uma mente controla outra. O poder abrange a dominação do homem pelo homem, tanto quando é disciplinado por fins morais e controlado por salvaguardas constitucionais, como nas democracias ocidentais, quanto força indomável e bárbara que não encontra suas leis em nada além de sua própria força e sua única justificação em seu engrandecimento [...] seu conteúdo e a forma de seu uso são

determinados pelo ambiente político e cultural (MORGENTHAU, 1993, p. 4, tradução nossa).⁴

Ademais, Morgenthau (1993) enfatizou que o poder condiciona as relações entre os Estados e está ligada ao estabelecimento da paz ou ao surgimento da guerra entre eles, pois a luta pela sua posse é travada entre os Estados em decorrência de seus interesses.

Constata-se que a questão do poder é percebida por esses pensadores como um instrumento a ser empregado para a conquista de interesses. Particularmente, no caso de Morgenthau (1993), essa percepção realista do poder, ajuda a compreender como os Estados agem em suas interações, cabendo ressaltar que eles utilizam os recursos e meios à sua disposição para dominar os de menor capacidade. Logo, Estados que pretendem subjugar outros, o fazem por meio do poder, e seu uso pelos mais fortes pode provocar alterações em sua distribuição no SI.

2.2 A ORDEM ANÁRQUICA

Pode-se entender a anarquia como ausência total de governo ou como a presença de desordem social ou caos global. Contudo, o seu conceito é melhor compreendido quando o significado do seu oposto, hierarquia, é entendido.

Em um sistema ou em determinada estrutura, a hierarquia implica relações de subordinação entre as unidades componentes desse sistema ou estrutura, estabelecendo a diferenciação entre as partes envolvidas. Por outro lado, a anarquia implica relações de coordenação ou múltiplas interações entre essas unidades, sem, contudo, haver

⁴ *“Power may comprise anything that establishes and maintains the control of man over man. Thus power covers all social relationships which serve that end, from physical violence to the most subtle psychological ties by which one mind controls another. Power covers the domination of man by man, both when it is disciplined by moral ends and controlled by constitutional safeguards, as in Western democracies, and when it is that untamed and barbaric force which finds its laws in nothing but its own strength and its sole justification in its aggrandizement[...] its content and the manner of its use are determined by the political and cultural environment”* (MORGENTHAU, 1993, p. 4).

estabelecimento de ordem superior e diferenciação entre as diversas partes integrantes deste processo (WALTZ, 1979).

Portanto, entende-se que os Estados são as unidades primordiais componentes dessa estrutura no SI. Eles não são formalmente diferenciados pelas funções que desempenham e não possuem nenhuma subordinação entre si, realizando suas interações dentro de uma ordem anárquica.

2.3 A TEORIA REALISTA E NEORREALISTA

Segundo Mingst (2014), a perspectiva realista é assim evidenciada:

Os realistas têm uma visão estatista, ou centrada no Estado. Acreditam que o Estado é um ator autônomo, restringido somente pela anarquia estrutural do sistema internacional. O Estado goza de soberania, isto é, de autoridade para reger assuntos circunscritos às próprias fronteiras e referentes ao seu povo, à sua economia, à sua segurança e à sua forma de governo. Como entidade soberana, possui um conjunto consistente de metas — isto é, um interesse nacional — definido em termos de poder (MINGST, 2014, p. 155).

Porquanto, observa-se que, para os teóricos do realismo, o Estado é o ator central nas RI e quando ele age movido, primordialmente, pelas questões de poder, torna-se um ator unitário e autônomo que deve zelar pelos seus próprios interesses. Conclui-se, então, que essa condição é fundamental para haver os frequentes choques entre Estados: eles entram em conflito por depreender que a segurança e os interesses estatais são vitais para sua sobrevivência, devendo, por isso, serem constantemente perseguidos.

Adiante, surgiu a corrente neorrealista ou realismo estrutural, em que Waltz (1954), principal pensador e fundador, realizou estudos aprofundados que buscaram respostas sobre as causas da guerra entre Estados. Para obter essas respostas, ele recorreu a três níveis de análise: a natureza humana no primeiro nível, os sistemas econômicos e

políticos domésticos de Estados num segundo nível, e, por último, o ambiente anárquico denominado Sistema Internacional, onde todos os Estados coexistem.

Waltz (1954) enfatizou a autonomia e a influência da estrutura componente do SI em detrimento de somente explorar a relação entre os níveis de análise. A partir de sua observação da influência do SI no comportamento do Estado — que restringem por vezes os Estados de certas políticas, predispondo-os a outras — o terceiro nível de análise trouxe, como resultado direto, a incidência de guerras.

Sob esse ponto de vista, entende-se que a ordem anárquica vigente no SI é o principal elemento que condiciona e altera o comportamento dos Estados. Ela influencia diretamente nas políticas traçadas pelos Estados que realizam certos arranjos, os quais modificam a distribuição do poder no SI, por vezes, equilibrando essa distribuição, por outras, desequilibrando-a, trazendo as guerras.

2.4 A TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER

De acordo com Waltz (1979), explica-se a TEP a partir de duas premissas centrais: os atores do SI estão envolvidos em uma ordem anárquica “sem que nenhuma autoridade de todo o sistema seja formalmente imposta a seus agentes” (WALTZ, [1979], p. 88, tradução nossa)⁵; e os Estados são os atores unitários dessa estrutura, haja vista que “estabelecem os termos da relação” (WALTZ, [1979], p. 96, tradução nossa)⁶ e monopolizam o “uso legítimo da força” dentro de seus territórios (WALTZ, [1979], p. 104, tradução nossa)⁷.

Ademais, destaca-se um fenômeno que teve participação na formulação da TEP e possibilitou aos neorrealistas caracterizarem o SI. Conforme os Estados interagem, foram

⁵ *“In the absence of agents with system-wide authority, formal relations of super- and subordination fail to develop”* (WALTZ, 1979, p. 88).

⁶ *“states nevertheless set the terms of intercourse”* (WALTZ, 1979, p. 96).

⁷ *“the legitimate use of force”* (WALTZ, 1979, p. 104).

surgindo certas configurações de poder na política internacional. Tais configurações, baseadas numa lógica de posição relativa entre Estados em um sistema anárquico, ficaram conhecidas como polaridade. Então, dado um sistema ou estrutura, a polaridade diz respeito à distribuição de recursos entre os Estados no SI, por meio da contagem do número de “polos” — Estados ou grupos de Estados — onde o poder se concentra. Pela contabilização do número de “polos”, três tipos de polaridade no sistema foram apresentados pelos neorrealistas: a multipolaridade, a bipolaridade e a unipolaridade (MINGST, 2014).

Pela divisão do SI em termos de polaridade e seu emprego para construção de blocos e alianças entre os Estados, Waltz (1979) assim, define polaridade:

“Polaridade”, além disso, é definida de várias maneiras em termos de países ou de blocos. “Polos” são contados às vezes de acordo com as capacidades físicas de nações ou de alianças, às vezes olhando para o padrão de inter-relações nacionais, e às vezes concedendo ou negando status superior àqueles que obtêm ou falham para obter seus caminhos (WALTZ, 1979, p. 15, tradução nossa).⁸

Historicamente, para alcançar o equilíbrio de poder clássico, ou sistema multipolar, são necessários no mínimo três Estados influentes que gozem de certa paridade de poder compondo a estrutura do sistema. Isso ocorreu no século XIX, quando Grã-Bretanha, Rússia, Prússia, França e Áustria estabeleceram um sistema de alianças para levar estabilidade ao SI e manter sua segurança, dando fim às guerras devastadoras que assolavam os Estados (MORGENTHAU, 1993).

No decorrer do período da Guerra Fria, Waltz (1979) elaborou sua Teoria sobre outra perspectiva, complementando o equilíbrio de poder clássico com as observações dos seus estudos de SI, demonstrando que o mundo bipolar era mais estável. Para Waltz (1979), os dois “polos” de poder, que surgiram ao redor de EUA e ex-URSS, formaram-se segundo a

⁸ “Polarity”, moreover, is variously defined in terms of countries or of blocs. “Poles” are counted sometimes according to the physical capabilities of nations or of alliances, sometimes by looking at the pattern of national interrelations, and sometimes by awarding or denying top status to those who get or fail to get their ways” (WALTZ, 1979, p. 15).

TEP que ocorre quando

Estados secundários, se tiverem liberdade de escolha, afluem para o lado mais fraco; pois é o lado mais forte que os ameaça. No lado mais fraco, eles são mais respeitados e ficam mais seguros, desde, é claro, que a coalizão a que se juntam alcance força defensiva ou dissuasiva⁹ suficiente para dissuadir os adversários de atacar (WALTZ, 1979, p. 127, tradução nossa).¹⁰

Waltz (1979) observou que esse comportamento dos Estados, conhecido por balanceamento, era resultado de uma importante constatação, que foi uma evolução em relação ao realismo clássico tradicional: quando sua sobrevivência está em risco, “a primeira preocupação dos Estados não é maximizar o poder, mas manter suas posições no sistema.” (WALTZ, [1979], p. 126, tradução nossa)¹¹. Levando-se em consideração essa condição de ameaça, o SI pressiona os Estados que preferem o balanceamento em vez do *bandwagoning*.¹²

Dessa maneira, no sistema bipolar da Guerra Fria, os dois “polos” de poder angariaram Estados secundários que, dentro de suas preferências, pendiam para um lado ou para o outro, equilibrando as forças no cenário político internacional. Dada a esfera de influência dos blocos antagônicos, esses polos de poder mantiveram os conflitos dentro de uma lógica de negociar a lutar, travar guerras menores em vez de grandes guerras, estabilizando o cenário de grandes guerras por um longo período (WALTZ, 1995).

Na concepção dos neorealistas, a TEP conseguiu explicar todos os

⁹ A dissuasão é uma política de manter um vasto arsenal e força militar para desencorajar qualquer iniciativa por parte de agressores em potencial; os Estados se comprometem a punir um Estado agressor (MINGST, 2014, p. 477).

¹⁰ “Secondary states, if they are free to choose, flock to the weaker side; for it is the stronger side that threatens them. On the weaker side, they are both more appreciated and safer, provided, of course, that the coalition they join achieves enough defensive or deterrent strength to dissuade adversaries from attacking” (WALTZ, 1979, p. 127).

¹¹ “The first concern of states is not to maximize power but to maintain their positions in the system”. (WALTZ, 1979, p. 126).

¹² Numa competição pela liderança, o *Bandwagon* define um comportamento em que indivíduos ou os Estados preferem se alinhar aos vencedores, desde que sua segurança não esteja em risco. Esse padrão de comportamento dos Estados permeou o realismo clássico tradicional, sendo o *bandwagoning* utilizado como o oposto de balanceamento. (WALTZ, 1979, p. 127).

acontecimentos desde 1648, marco do advento do sistema de Estados, inclusive os conflitos e períodos de paz do mundo multipolar do Século XIX e o período de tensão e conflitos do mundo bipolar do Século XX (MINGST, 2014).

Por outro lado, a suposta falha na Teoria de Waltz (1979) foi não prever a unipolaridade que surgiu no pós-Guerra Fria com a preponderância dos EUA. A TEP pressupõe que os Estados se agrupam e formam alianças para contrapor-se ao Estado mais forte. Todavia os EUA mantiveram seu poder hegemônico, constituindo novos aliados. Por isso, sua Teoria entrou em descrédito, sendo duramente criticada pelos neoliberais.¹³ Estes afirmavam que o mundo havia se transformado e outros princípios condicionam as relações entre os Estados tal como a democracia, o estado de direito e a interdependência econômica. Justifica-se, assim, a formação dessas novas alianças (MINGST, 2014).

Entretanto Waltz (2011), em entrevista, rebateu seus críticos com a confirmação da relevância de sua Teoria: ela continuava a explicar os acontecimentos em um mundo unipolar desde que a ordem no SI se mantivesse anárquica. A manutenção dessa condição permanece afetando o comportamento dos Estados e altera a distribuição do poder dentro do SI, pois, segundo Waltz (2011), “não se pode esperar que o mundo mude a menos que a estrutura do mundo mude”(WALTZ, [2011], p. 1, tradução nossa).¹⁴

Com o surgimento do mundo unipolar, a TEP segue uma interpretação distinta para manter-se relevante. Nesse sentido, segundo Waltz (1979), ela é percebida como um “resultado” das ações dos Estados:

A Teoria do Equilíbrio de Poder é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos Estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e

¹³ Neoliberalismo ou institucionalismo neoliberal é uma corrente política que postula que, mesmo em um sistema internacional anárquico, os Estados serão cooperativos em razão de suas interações contínuas entre si e porque é de seu interesse fazê-lo; as instituições constituem a estrutura para interações cooperativas (MINGST, 2014, p. 480).

¹⁴ “So, one will not expect profound changes in behavior, or important changes in behavior, until—and unless—the structure changes” (WALTZ, 2011, p. 1).

motivos dos Estados, em vez de explicá-los. O que ela explica são as restrições que confinam todos os Estados. A clara percepção das restrições proporciona muitas reações esperadas dos Estados, mas por si só a teoria não pode explicar essas reações. Eles dependem não apenas das restrições internacionais, mas também das características dos Estados (WALTZ, 1979, p. 122, tradução nossa).¹⁵

No tocante às inúmeras alterações na distribuição de poder entre os Estados causadas pelos “resultados” produzidos por suas ações descoordenadas no SI, dois arranjos particulares se destacam: o equilíbrio interno e o externo (WALTZ, 1979). Esses arranjos serão fundamentais para as análises do comportamento dos Estados a serem realizadas doravante, em especial, o equilíbrio interno.

O equilíbrio externo trata do aumento das capacidades militares, econômicas e políticas de um Estado por meio da constituição de alianças. Um exemplo de equilíbrio externo ocorreu durante a Guerra Fria quando Estados que se sentiram ameaçados, uniram-se para fazer frente a ex-URSS que, em contínua expansão, buscou conquistar uma posição dominante. Para aumentar seu poder, os EUA formaram a aliança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹⁶ e a ex-URSS, a aliança do Pacto de Varsóvia¹⁷, que foram cruciais para a manutenção do relativo equilíbrio de poder entre esses dois blocos no SI (WALTZ, 1995). O que importava era o poder relativo; quanto mais poder um Estado possuía, o outro buscava equipará-lo. Se uma das forças antagônicas aumentava seu poder por meio de alianças, a outra respondia de maneira análoga. A conquista de aliados se

¹⁵ *“Balance-of-power theory is a theory about the results produced by the uncoordinated actions of states. The theory makes assumptions about the interests and motives of states, rather than explaining them. What it does explain are the constraints that confine all states. The clear perception of constraints provides many clues to the expected reactions of states, but by itself the theory cannot explain those reactions. They depend not only on international constraints but also on the characteristics of states”* (WALTZ, 1979, p. 122).

¹⁶ A Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma aliança militar e política entre os Estados da Europa Ocidental e os EUA, estabelecida em 1948, com a finalidade de defender a Europa de eventuais agressões por parte da ex-URSS e seus aliados (MINGST, 2014, p. 483).

¹⁷ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada pelos Estados do bloco soviético em 1955, em resposta ao rearmamento da Alemanha Ocidental e sua inclusão na OTAN, sendo extinto em 1991 (MINGST, 2014, p. 483).

tornou imprescindível para garantir o equilíbrio de poder e sua manutenção era questão de sobrevivência para ambos (MEARSHEIMER, 1994).

Em contraposição ao poder relativo, no arranjo do equilíbrio interno, o poder era visto em termos absolutos (MEARSHEIMER, 1994). Os Estados expandem suas capacidades militares e econômicas para contrapor-se a potenciais oponentes que possam ameaçá-los. Por ocasião da escalada nuclear, também, durante a Guerra Fria, os EUA e a ex-URSS aumentaram suas capacidades militares com a construção de significativos arsenais atômicos e a concepção de novos meios nucleares (WALTZ, 1995).

Por fim, em função do seu caráter abrangente e pragmático, a TEP será a lente teórica utilizada nesta dissertação para analisar como o processo de desarmamento nuclear da Ucrânia contribuiu para que a sua integridade territorial fosse violada. Para tanto, evidencia-se, principalmente, o comportamento dos Estados quando sua própria sobrevivência está em risco. Atendendo ao pressuposto pela Teoria, os Estados agem conforme suas características e restrições que lhes são impostas pelo SI, desde que a ordem na estrutura do sistema permaneça anárquica. Em complemento, a TEP afirma que os Estados podem contrapor-se a eventuais ameaças, envidando esforços externos por meio de alianças, ou internos, fortalecendo-se militar e economicamente.

3 O DESARMAMENTO NUCLEAR

Este capítulo se destina a evidenciar a importância do desarmamento nuclear ucraniano no cenário internacional e suas implicações na distribuição do poder no SI. Com esse objetivo, ele foi estruturado em três seções: na primeira seção, será tratada a importância do desarmamento nuclear para reduzir as tensões entre os Estados e como estes são pressionados pelo SI para renunciar à posse dessas armas; na segunda, será abordada a importância do desarmamento nuclear ucraniano no cenário internacional e como tal fato fez a Rússia consolidar-se a única potência nuclear no perímetro da ex-URSS, apontando-se alguns desdobramentos; e, por último, serão apresentadas as implicações do desarmamento nuclear ucraniano na distribuição do poder no SI, destacando-se a importância da questão do poder como forma de dominação e a manutenção dos interesses estatais e o contínuo desequilíbrio da balança do poder em favor dos russos.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO DESARMAMENTO NUCLEAR

As armas nucleares são as mais destrutivas já criadas pela humanidade. O efeito devastador causado pelo lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki em 1945 fez os líderes mundiais passarem a preocupar-se com a ameaça permanente de uma catástrofe nuclear. Cerca de dois meses após tal acontecimento, o ex-presidente norte-americano Harry S. Truman (1884 – 1972), em discurso ao congresso, alertou que a esperança da civilização residia em arranjos internacionais que procurassem, se possível, à renúncia ao uso e desenvolvimento da bomba atômica (SIRACUSA, 2008).

Numa visão idealista, o ex-presidente norte-americano John F. Kennedy (1917 – 1963), em discurso numa transmissão nacional ao vivo de rádio e televisão, afirmou que

“somente será possível assegurar a ordem mundial quando todos os Estados houverem eliminado essas armas, que parecem oferecer-nos segurança no presente mas ameaçam a sobrevivência da raça humana no futuro” (KENNEDY, [1962], p. 1, tradução nossa).¹⁸

Segundo Siracusa (2008), embora essas armas não tenham sido empregadas desde agosto de 1945, não há garantias de que não se possa usá-las novamente. Tal cenário de incertezas traz temor aos povos que propõem uma questão: qual caminho a ser percorrido pela humanidade para que elas não sejam mais utilizadas, evitando-se o risco à sua própria sobrevivência? Nesse ínterim, Bernard Baruch¹⁹ (1870 – 1965) apresentou seu plano de contenção de armas nucleares às Nações Unidas²⁰ em 14 de junho de 1946, anunciando: “Se falharmos, condenamos todos os homens a serem escravos do medo. Não nos enganemos: devemos eleger a Paz Mundial ou Destruição do Mundo” (BARUCH, [1946], p. 1, tradução nossa).²¹

Segundo Mingst (2014), a lógica, para evitar um holocausto²² nuclear, era simples: menos armas implica maior segurança (MINGST, 2014). No entanto, o desarmamento nuclear total era uma meta muito distante de ser alcançada, haja vista que os Estados detentores dessas armas apresentaram forte resistência à sua eliminação em face da imediata ampliação do poderio militar que elas lhes proporcionaram. Por isso, os arranjos

¹⁸ “World order will be secured only when the whole world has laid down these weapons which seem to offer us present security but threaten the future survival of the human race”(KENNEDY, 1962, p. 1).

¹⁹ Bernard Baruch foi o autor do Plano Baruch, apresentado na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 14 de junho de 1946, que propôs a criação de uma autoridade central mundial para controlar as atividades atômicas potencialmente perigosas, licenciar todas as outras atividades atômicas e executar inspeções (Ver BARUCH, 1946).

²⁰ A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada em 24 de outubro de 1945, para promover a cooperação internacional (MINGST, 2014, p. 175).

²¹ “If we fail, then we have damned every man to be the slave of Fear. Let us not deceive ourselves: We must elect World Peace or World Destruction” (BARUCH, 1946, p. 1).

²² A palavra holocausto é utilizada desde a década de 1980 para designar o extermínio em massa de cerca de seis milhões de judeus pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. O termo tem sua origem na palavra greco-latina *holocaustum* e significa “totalmente queimado” ou “vítima de um incêndio”. Em Israel, até hoje é utilizado o termo secular hebraico *Shoah*, que significa “destruição” ou “catástrofe” (Ver DW. 2006).

internacionais visando a redução do uso e desenvolvimento de armas nucleares, pronunciados por Truman, foram a mais viável alternativa encontrada para dirimir o cenário de incertezas provocado pela posse desse tipo de armamento (SIRACUSA, 2008).

No início da era nuclear, esses arranjos não existiam: não havia regras e nem normas de não proliferação. Posteriormente, buscando-se reduzir o risco de uma guerra nuclear, foi elaborado um conjunto de convênios, acordos, tratados e instituições conhecido como regime de não proliferação de armas nucleares, constituindo-se em instrumentos jurídicos e políticos destinados a impedir que novos Estados tivessem acesso às armas nucleares e promover o desarmamento dos Estados que já as possuíam (FRÍAS, 2020).

A primeira dessas iniciativas para lidar com as armas atômicas foi a inauguração do Comitê de Energia Atômica das Nações Unidas em junho de 1946. Doravante, outras organizações multilaterais e discussões bilaterais sobre medidas de controle de armas foram criadas, tal qual a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) proposta pelo ex-presidente norte-americano Dwight Eisenhower (1890 – 1969) (CIRINCIONE, 2007).

O temor do emprego de armas nucleares era sem igual: no lançamento do programa *Atoms for Peace*²³, em discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1953, Eisenhower explicou que um único grupo aéreo, seja flutuante ou baseado em terra, possuía a capacidade de atacar com bombas H²⁴, muito mais poderosas que aquelas usadas em Hiroshima e Nagasaki, qualquer alvo alcançável. Destarte, Eisenhower propôs a criação da AIEA para promover o uso pacífico da energia atômica, enquanto, em paralelo, as potências nucleares se comprometeram em reduzir seus arsenais (CIRINCIONE, 2007).

²³ *Atoms for Peace* é o nome de um programa desenvolvido pelos norte-americanos para promover o uso de tecnologia nuclear para fins pacíficos (Ver DWIGHT D. EISENHOWER PRESIDENTIAL LIBRARY, MUSEUM & BOYHOOD HOME. 2022).

²⁴ A bomba H ou bomba de hidrogênio é uma bomba termonuclear milhares de vezes mais potente do que uma bomba atômica de fissão (CIRINCIONE, 2007, p. 13).

Entretanto, no contexto da Guerra Fria, os EUA e a ex-URSS respeitaram, parcialmente, o processo de redução das armas nucleares — adotando uma abordagem combinada do cumprimento dos arranjos internacionais de desarmamento com o desenvolvimento de seus programas domésticos de modernização nuclear — o que ocasionou uma escalada armamentista entre essas superpotências sem precedentes. Nesse período, eles formularam estratégias para lutar e vencer uma guerra nuclear, construindo complexos arsenais nucleares com mísseis intercontinentais e frotas de submarinos de mísseis balísticos com elevado alcance e poder de destruição (CIRINCIONE, 2007).

Com o intuito de evitar a disseminação nuclear conflagrada, em 1970, entrou em vigor o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP), considerado o tratado internacional mais bem-sucedido, com quase cem Estados como signatários originais. Atualmente apenas cinco Estados — Índia, Paquistão, Israel, Coreia do Norte e Sudão do Sul — não fazem parte do TNP. O seu sucesso advém das pressões das superpotências para impor aos demais Estados, por uma combinação de coação e incentivos, à adesão à política de não proliferação de armas nucleares. O TNP reduziu a proliferação de armas nucleares: o número caiu de 65.000 em 1986 (CIRINCIONE, 2007, p. 126) para cerca de 13.000 em 2021, de acordo com a *Arms Control Association*²⁵. Além disso, desde sua criação, tão somente a Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel adquiriram armas nucleares (CIRINCIONE, 2007).

Segundo Cirincione (2007), o tratado é de simples compreensão: os Estados que fazem parte do acordo afirmaram nunca adquirir armas nucleares; e as cinco potências nucleares reconhecidas pelo tratado — os EUA, Rússia, Reino Unido (RU), França e China — garantiram reduzir e, eventualmente, eliminar seus arsenais.

²⁵ *Arms Control Association* é uma organização não-partidária com sede nos EUA, fundada em 1971, com a missão autodeclarada de “promover a compreensão e o apoio do público a políticas eficazes de controle de armas” (Ver ARMS CONTROL ASSOCIATION. 2019).

Percebe-se que a tensão provocada pelo aparecimento da era nuclear não foi extinta, mas foi apenas parcialmente contida pela redução dos arsenais nucleares das superpotências e do quantitativo de Estados detentores dessas armas. Desse modo, perante a possibilidade de seu emprego, entende-se que a incerteza da sobrevivência dos Estados permanece latente, caso não se conquiste o total desarmamento nuclear.

Por fim, observa-se também que o SI pressiona os Estados a não aumentarem o seu poderio bélico por meio da adesão deles ao regime de não proliferação de armas nucleares. Portanto, ao não realizarem o esforço interno, contrariando a TEP, os Estados, que não adquirem e detêm a posse de armas nucleares, dificultam seu fortalecimento militar, reduzindo a capacidade de contrapor-se a potenciais ameaças.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O período da Guerra Fria se passou quase completamente durante a era nuclear. A disputa entre as duas superpotências, os EUA e a ex-URSS, e os dois sistemas de alianças liderados por esses Estados — a OTAN e o Pacto de Varsóvia — que buscavam a conquista de novos aliados para aumentar sua esfera de influência, ampliou a quantidade de armas nucleares e deixou como herança cerca de 27.000 dessas ogivas (CIRINCIONE, 2007, p. 126).

Empenhando-se em dirimir a ameaça de uma guerra nuclear e suas consequências devastadoras, acordos e tratados de controle de armas foram negociados entre os EUA e a ex-URSS, tal como o *Strategic Arms Limitation Talks*²⁶ (SALT) e o *Strategic*

²⁶ O SALT I foi um acordo assinado em 26 de maio de 1972 e congelava por cinco anos o número de lançadores de mísseis balísticos intercontinentais nos EUA e na ex-URSS. Em 18 de junho de 1979 foi assinado o SALT II que definia o limite preciso de bombardeiros e lançadores de mísseis tolerados, o que implicava a destruição de excedentes (Ver EM INTERNACIONAL. 2020).

*Arms Reduction Treaties*²⁷ (START) que visavam à diminuição das armas estratégicas para ambos, além do já citado TNP (MINGST, 2014).

Após o desmembramento da ex-URSS, a Ucrânia se tornou a terceira maior potência nuclear do mundo, contabilizando entre 4.500 a 6.300 armas nucleares (CIRINCIONE, 2007, p. 79). Com o fim da Guerra Fria e a ascensão dos EUA como única potência hegemônica, a preocupação passou a ser a destinação do armamento nuclear dos três herdeiros nucleares da ex-URSS — Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão —, pois temia-se que suas armas fossem desviadas, inquietando os Estados. A Bielorrússia e o Cazaquistão, por influência russa, demonstraram-se inclinados pela devolução dos seus arsenais. A questão era a Ucrânia que possuía seus próprios interesses, a saber, ter a posse do armamento nuclear e firmar-se como Estado independente (BUZAN; WAEVER, 2003).

Constata-se, em vista disso, que caso o recém-criado Estado ucraniano decidisse por manter seu arsenal, a preocupação seria demasiada para os EUA, a Rússia e a Europa: para o Ocidente porque a Ucrânia ainda permanecia sobre a esfera de influência da Rússia, e com a posse dessas armas poderia tornar-se um importante oponente no complexo jogo de xadrez, sendo pró-Rússia e detentor de uma vasta capacidade nuclear; e, para a Rússia, pois, caso o Ocidente obtivesse sucesso em cooptar a Ucrânia, este Estado, detentor de armas nucleares, ameaçaria sobremaneira a segurança e os interesses expansionistas russos.

O fato é que a Ucrânia assinou o TNP em 1994, demonstrando a importância e o sucesso desse tratado. Ela iniciou o processo de desarmamento nuclear, transferindo as armas em seu território para a Rússia com o objetivo de desmantelá-las (BUZAN; WAEVER, 2003). Desse modo, o mundo estava livre de mais um Estado detentor de armas nucleares.

²⁷ O START I foi um tratado assinado em 31 de julho de 1991. Ele substituiu os acordos SALT e previa reduzir em sete anos o número de ogivas nucleares dos EUA de 9.986 para 8.556, e de 10.237 para 6.449 as soviéticas. Em 3 de janeiro de 1993 foi assinado o Tratado START II que previa uma redução de dois terços nos arsenais nucleares estratégicos dos EUA e da ex-URSS, mas nunca foi implementado (Ver EM INTERNACIONAL. 2020).

Neste momento, serão abordados, mais detalhadamente, aspectos relacionados à Rússia. De acordo com a *Arms Control Association* (2022), detentora do maior arsenal nuclear do mundo, estimado em 6.200 ogivas, em 2021, a sucessora da ex-URSS retornou, cerca de uma década após o término da Guerra Fria, ao cenário geopolítico mundial como uma das grandes potências da atualidade. Soma-se a isso também a ascensão ao poder do presidente russo Vladimir Putin (1952 –) em maio de 2000, o qual se propôs em realizar a recuperação de um Estado envolto em crises políticas e econômicas (BUZAN; WÆVER, 2003).

Segundo Kaplan (2013), Putin é um líder autoritário que sempre teve um interesse especial na Ucrânia, sendo este Estado parte de um projeto mais amplo para restabelecer uma esfera de influência sobre seus vizinhos. Ele afirmou que o interesse de Putin é ancorar a Rússia na Europa, ainda que em termos não democráticos, bastando ver que a independência ucraniana a mantém, em grande parte, fora da Europa. Logo, para Kaplan (2013), caso os russos consigam reincorporar a Ucrânia ao seu território, cerca de 46 milhões de pessoas seriam agregadas, tornando-se essencial para consecução de seus interesses expansionistas.

De acordo com Kaplan (2013), outro fator primordial para as pretensões russas é a questão da segurança energética. Visto que a Ucrânia possui abundância em petróleo, gás natural e recursos diversos, além do mais, os principais dutos fornecedores de petróleo e gás natural da Rússia — que alimentam a Europa — atravessam o território ucraniano.

Já no aspecto militar, a situação se complica. Em discurso na Alemanha, Putin declarou, em 2007, que a OTAN se encontrava em expansão e que esse movimento não tinha como objetivo aumentar a segurança dos Estados-membros dessa organização, mas sua real intenção era enfraquecer a Rússia. Por essa razão, a intenção da Ucrânia em ser

membro da OTAN é perseguida com cautela, visto que a sua integração a essa organização não faz parte dos interesses russos (ROBERTS, 2016).

Nesse contexto, Mearsheimer (2014) apontou que, caso a Ucrânia fosse incorporada pela OTAN, essa organização pretendia instalar bases navais e aéreas em Sevastopol na Crimeia, sede da esquadra do Mar Negro da marinha russa. Essa península se tornou pivô de um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, ocasionando a anexação da Crimeia pelos russos (MEARSHEIMER, 2014). Para Roberts (2016), a aproximação da OTAN somente promoveu o aumento da desconfiança russa sobre suas reais intenções.

Na parte econômica, segundo Kaplan (2013), a Ucrânia sempre possuiu uma estreita interdependência energética, financeira e industrial com a Rússia; e, segundo Mearsheimer (2014), no que se refere ao interesse econômico da Europa na Ucrânia, tal interesse se entrelaça com o da Ucrânia na Europa. Tendo em vista que o Estado ucraniano almeja aderir à União Europeia²⁸ (UE), em uma dinâmica similar aos ex-Estados soviéticos, como Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia e a UE interessa que a Ucrânia se integre ao bloco, fazendo parte do comércio comum europeu (MEARSHEIMER, 2014).

Em suma, percebe-se que, conforme a TEP, para a Rússia conseguir contrapor-se aos avanços da OTAN sobre os recém-criados Estados detentores de armas nucleares, era crucial que o Estado russo se mantivesse econômica e militarmente forte. Dessa forma, os interesses de Putin na Ucrânia eram justificados pela necessidade de aumentar seu poder como resposta aos avanços da OTAN.

Por fim, constata-se que o desarmamento nuclear da Ucrânia foi importante para a Rússia que se consolidou como única potência nuclear no perímetro da ex-URSS e

²⁸ União de 28 Estados europeus, antes denominada Comunidade Econômica Europeia; foi concebida originalmente, na década de 1950, visando à integração econômica – mas, desde então, se expandiu para uma maior união política e econômica. (MINGST, 2014, p. 487).

para atingir o objetivo dos EUA e da Europa de conter os riscos de uma multiplicação de potências nucleares, evitando-se, assim, o emprego indevido do armamento nuclear.

3.3 AS IMPLICAÇÕES DO DESARMAMENTO NUCLEAR DA UCRÂNIA NA DISTRIBUIÇÃO DO PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

Com a conclusão do processo de desnuclearização da Ucrânia em 1996, a Rússia conseguiu seu objetivo de ser a única potência nuclear herdeira da ex-URSS. Essa vantagem militar russa se tornava de suma importância para condicionar as relações entre os Estados oriundos da ex-URSS, que mesmo tendo conquistado sua independência, por vezes, sentiam-se ameaçados por essa pressão militar superior (BUZAN; WÆVER, 2003).

Segundo Mearsheimer (2014), os avanços da OTAN e da UE sobre alguns Estados europeus e, até mesmo, da ex-URSS, era uma questão que incomodava muito os russos, na medida em que interferia nos seus interesses na região. Os primeiros avanços ocorreram em 1999 e trouxeram a República Tcheca, Hungria e Polônia. Em 2004, foi a vez de Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Em 2009, a Albânia e a Croácia se tornaram membros da OTAN (MEARSHEIMER, 2014).

O caso mais emblemático desses avanços foi a crise ucraniana, que, na visão de Mearsheimer (2014), foi provocada pela intervenção Ocidental. No seu entendimento, a OTAN avançou sobre o entorno geoestratégico da Rússia, configurando-se numa ameaça, quando encorajou o ingresso da Ucrânia na organização e interessou-se em instalar uma base naval no estratégico porto de Sevastopol, sede da esquadra do Mar Negro da marinha russa e de bases aéreas na península da Crimeia, o que certamente desequilibraria a distribuição do poder na região em favor do Ocidente (MEARSHEIMER, 2014).

Essa disputa de poder na região, levou aos russos com seu poderio bélico superior amparado pelo poderio do seu arsenal nuclear — mesmo sem o seu efetivo emprego — a invadir a Crimeia em 2014, garantindo a permanência de sua esquadra sediada em Sevastopol (MEARSHEIMER, 2014).

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a consolidação da Rússia, como única potência nuclear na região, evidenciou a importância da questão do poder como forma de dominação e manutenção dos interesses estatais. Por conseguinte, a anexação da Crimeia foi uma grande vitória para os russos: os avanços da OTAN foram contidos; a balança do poder desequilibrou, regionalmente, ainda mais, a seu favor; e o presidente russo Vladimir Putin retomou sua ambição expansionista.

4 O PROCESSO DE ARMAMENTO E DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO

Este capítulo tem como objetivo apresentar de que forma se sucedeu o processo de armamento e desarmamento nuclear ucraniano e os motivos que levaram seu governo a decidir-se por abdicar do seu arsenal nuclear. Com esse fito, ele foi dividido em três seções: na primeira seção, será ressaltado como a Ucrânia se tornou um Estado detentor de armas nucleares, evidenciando-se sua importância conforme o referencial teórico empregado por este autor; a segunda seção discorrerá sobre o modo como transcorreu o processo de desarmamento nuclear ucraniano; e na seção final, serão apontados os motivos que acarretaram a renúncia do seu arsenal nuclear.

Desde a independência da Ucrânia em 24 de agosto de 1991, lideranças políticas ucranianas afirmaram que o engrandecimento e intimidação da Rússia demonstravam desprezo pela sua independência. Segundo tais lideranças, as armas nucleares forneciam uma garantia quase absoluta e inviolável da manutenção de sua autonomia e independência, tornando-se cruciais para a dissuasão dos seus adversários regionais, em particular, a Rússia. No entender dessas lideranças, possuí-las, permitia: apoiar o movimento nacionalista ucraniano; estabelecer relação política e militar com o Ocidente; atrair ajuda econômica e assistência dos EUA e Europa; reforçar a segurança europeia; e o principal, deter os russos e seus interesses expansionistas (MARTELL, 1998).

Em que pese, no Ocidente, o tema — capacidade de dissuasão nuclear da Ucrânia — ter sido amplamente debatido, a comunidade internacional decidiu por convencer as autoridades ucranianas de que as armas nucleares herdadas da ex-URSS, em vez de fortalecer a sua segurança, na verdade, a enfraquecia. Nesse diapasão, a narrativa oferecida pelo Ocidente à Ucrânia foi que esta sofreria graves consequências se insistisse em

possuir armamento atômico, e a alternativa mais viável era a construção de relações internacionais de segurança, não havendo, portanto, a necessidade do Estado ucraniano de preservar seu próprio guarda-chuva nuclear (MARTELL, 1998).

4.1 O PROCESSO DE ARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO

Com a dissolução da ex-URSS em 1991, a recém-independente Ucrânia se transformou na terceira maior potência nuclear do mundo (CIRINCIONE, 2007). Contudo a forma compulsória, que esse Estado se tornou detentor de armas nucleares, fez questões de suma importância serem levantadas pela comunidade internacional: havia necessidade desse tipo de armamento em território ucraniano? Em sendo a resposta afirmativa, essas armas poderiam ser empregadas?

Em relação à posse de armas nucleares pelos Estados, Waltz (1981) afirmou que possuí-las permite elevar consideravelmente suas capacidades, pois, segundo ele,

Ao adquirir armas nucleares, um estado muda uma variável em uma complexa equação de forças. Essa variável é a mais importante. As armas nucleares aumentam a capacidade dos Estados de se defenderem quando a integridade de suas fronteiras legítimas está em jogo (WALTZ, 1981, p.25, tradução nossa).²⁹

De acordo com Schneider, Dowdy; Martell (1998), grupos nacionalistas, que dominavam o parlamento ucraniano, acreditavam que as armas nucleares eram imprescindíveis para preservar a segurança do Estado. Tais grupos entendiam que, pela capacidade de dissuasão nuclear, seria possível afastar os interesses expansionistas russos, bem como manter a inviolabilidade das fronteiras do Estado ucraniano.

Segundo Buzan; Wæver (2003), a recém-independente Ucrânia enfrentou, inicialmente, sérias dificuldades em conquistar a sua plena independência, nascendo política

²⁹ *“By acquiring nuclear weapons a state changes one variable in a complex equation of forces. That variable is the most important one. Nuclear weapons increase the ability of states to fend for themselves when the integrity of their legitimate boundaries is at stake”* (WALTZ, 1981, p. 25).

e economicamente frágil, e muito dependente da Rússia. Essa dependência se estendia a diversos setores da economia ucraniana, em especial, o industrial, que para alavancar a produção, necessitava de valiosos insumos energéticos russos, a saber, gás natural, carvão e petróleo (MARTELL, 1998).

Portanto, nesse contexto de fragilidade, a importância para a Ucrânia do terceiro maior arsenal nuclear do mundo consistia em garantir-lhe poderio militar superior, sendo tal herança necessária para consolidar-se como Estado independente no cenário internacional. Haja vista que a posse das armas nucleares alterariam, consideravelmente, em favor dos ucranianos, uma importante variável na complexa equação de forças do SI, onde os Estados interagem numa ordem anárquica. Logo, conforme a TEP, o fortalecimento do Estado e a preservação inicial de suas capacidades militares se tornariam fundamentais para que os ucranianos estivessem em condições de contrapor-se a eventuais ameaças no seu território.

Por outro lado, em relação à possibilidade do emprego das armas nucleares pelos ucranianos, segundo Alexander Lanoszka (1969 –), professor de RI na Universidade de Waterloo e especialista em segurança nuclear, em entrevista, afirmou que, embora possível, o emprego dessas armas não era tão simples; pois o controle operacional — que incluía os detalhes críticos para operá-las, além de seus códigos de lançamento — era dos russos (BRAUN, 2022). Já apontando nessa direção, Schneider, Dowdy; Martell (1998), há cerca de duas décadas, citou que “a única barreira a capacidade da Ucrânia em exercer controle operacional total sobre os mísseis e bombardeiros nucleares implantados em seu solo estava, apenas, em sua incapacidade de contornar os *links*³⁰ de ação permissiva russos.”³¹

³⁰ Nas armas modernas, as travas de segurança dos solenóides usadas para proteger os dispositivos nucleares, foram substituídas pelos *links* de ação permissiva ou *permissive action links* (PAL). Estes funcionam como um dispositivo de segurança para impedir a detonação não autorizada do armamento (ANDERSON, 2020, p. 236).

³¹ “the only barrier to Ukraine’s ability to exercise full operational control over the nuclear weapons on missiles and bombers deployed on its soil was its inability to circumvent Russian permissive action links (PALs)”.

Portanto, depreende-se que, apesar das possíveis restrições impostas pelos Estados, caso os ucranianos obtivessem sucesso em reverter o controle operacional das armas nucleares situadas em seu território, a Ucrânia seria alçada a uma posição de destaque no SI. Dado que a possibilidade de emprego de tais armas aliada ao seu poder destrutivo intrínseco elevariam significativamente o poderio militar da Ucrânia, e, dessa maneira, em consonância com a TEP, haveria seu fortalecimento mediante o esforço interno, conforme previsto no arranjo particular dessa Teoria.

4.2 O PROCESSO DE DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO

A destinação do arsenal nuclear ucraniano e das outras ex-repúblicas soviéticas passaria a ser preocupação dos norte-americanos, russos e europeus. O consenso comum era garantir que o número de Estados detentores de armas nucleares não aumentasse, evitando-se, assim, que tais armas fossem extraviadas ou mal utilizadas, trazendo risco para a Europa e, conseqüentemente, para o mundo. Além disso, a Rússia possuía um interesse adicional: afirmar-se como única potência detentora dessas armas na região (BRAUN, 2022).

O processo de desarmamento nuclear ucraniano teve alguns sobressaltos. Inicialmente, a Ucrânia se comprometeu em repatriar as armas nucleares situadas no seu território. Essa devolução foi firmada, em dezembro de 1991, por meio de acordo que previa o desmantelamento dessas armas pela Rússia. Em março de 1992, o ex-presidente ucraniano Leonid Kravchuk (1934 – 2022) anunciou a suspensão da transferência (CIRINCIONE, 2007).

Nesse contexto, o governo ucraniano foi pressionado por alguns grupos para manter as armas nucleares em seu território, pois pensava-se num dissuasor capaz de preservar a segurança e independência da Ucrânia. Tais grupos formados por políticos nacionalistas não aceitavam mais serem governados pelos russos, destacando-se o Partido

Conservador Nacional que exercia forte influência sobre Kravchuk e possuía considerável poder no parlamento. Segundo Schneider, Dowdy; Martell (1998), essa necessidade de um poder dissuasor foi confirmada quando o Partido Liberal Democrata russo de cunho nacionalista assumiu o parlamento em 1993, acirrando os ânimos na região, dado que o partido possuía interesses expansionistas, bem como na própria Ucrânia.

No que diz respeito à opinião pública, o cenário se encontrava dividido entre as regiões ocidental e central da Ucrânia, onde a população era a favor da preservação das armas nucleares como garantia de sua segurança; e a população do leste que, mais simpática a Rússia, entendia como benéfica a devolução dessas armas — condição imposta pelos russos para estreitar laços de cooperação econômica entre ambos (MARTELL, 1998).

Em virtude dos fatos mencionados, com o intuito de colaborar com as negociações parlamentares ucranianas pelo desarmamento nuclear, o Secretário de Estado norte-americano Warren Christopher (1925 – 2011) visitou a Ucrânia em outubro de 1993, e assegurou a Kravchuk que a relação entre os Estados não ficaria limitado à questão da desnuclearização. Por conseguinte, os norte-americanos ofereceram ajuda no campo econômico e de segurança (CIRINCIONE, 2007).

Em vista disso, a Ucrânia aderiu ao TNP em novembro de 1994, comprometendo-se a devolver todas as armas nucleares em seu território, mas fez exigências: ela cobrou garantias de manutenção da sua segurança e integridade territorial da Rússia, dos EUA e do RU, sendo tais demandas acordadas, posteriormente, pelo Memorando de Budapeste³²; indenização russa de US\$ 3 bilhões pelas ogivas nucleares devolvidas (MARTELL, 1998, p.

³² A Rússia, o Reino Unido e os EUA estenderam as garantias de segurança à Ucrânia em dezembro de 1994 em um acordo que ficou conhecido como Memorando de Budapeste. Por meio desse acordo, a Ucrânia se comprometia em transferir as armas nucleares de fabricação soviética no seu território para a Rússia e aderiu ao TNP como um Estado não detentor de armas nucleares (Ver UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY SECURITY COUNCIL. 1994).

94); e um compromisso do ex-presidente norte-americano Bill Clinton (1946 –) de dobrar a ajuda financeira dos EUA para a Ucrânia. Dessa forma, o processo de desarmamento nuclear ucraniano foi concluído em 1 de junho de 1996 (CIRINCIONE, 2007).

Portanto, depreende-se que, em troca da segurança coletiva oferecida pelo Ocidente e pela Rússia, a decisão política ucraniana de renunciar à posse de armas nucleares foi em desacordo com a TEP, inviabilizando a manutenção de uma Ucrânia militarmente forte e capaz de contrapor-se a potenciais ameaças.

4.3 OS MOTIVOS DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO

Antes mesmo da dissolução da ex-URSS, a Ucrânia se tornou independente, procurando um futuro desvinculado da Rússia. O objetivo inicial do governo ucraniano era garantir a inviolabilidade de suas fronteiras e ter sua independência internacionalmente reconhecida. Contudo a Rússia e a Ucrânia apresentaram muitas divergências para coexistirem em razão de constantes ameaças de divisões políticas e regionais internas provocadas por movimentos russófonos (BUZAN; WÆVER, 2003).

Segundo Schneider, Dowdy; Martell (1998), os três principais motivos, que levaram a Ucrânia a abandonar sua capacidade de dissuasão nuclear, foram: o receio de isolamento político, a possibilidade de colapso econômico e o confronto militar com a Rússia.

No que concerne ao receio de isolamento político da Ucrânia, o motivo advém da pressão do SI em busca de um mundo livre de armas nucleares. A Rússia condicionou a implementação do START à adesão ucraniana ao TNP. Por isso, com a finalidade de acelerar a redução do arsenal nuclear russo, o Ocidente negociou com os ucranianos no sentido de convencê-los pela devolução de suas armas, e, assim, não lhes aplicar sanções políticas e

econômicas. Destarte, a Ucrânia foi pressionada pela comunidade internacional que priorizou a imediata diminuição do quantitativo de armas nucleares russas em detrimento dos interesses ucranianos (MARTELL, 1998).

Com relação à possibilidade de a economia ucraniana entrar em colapso, em que pese medidas, como a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)³³, serem concebidas para promover condições econômicas mais estáveis e viáveis para as ex-repúblicas soviéticas; esses Estados, em busca de superar suas dificuldades, foram atraídos pelo apoio financeiro do Ocidente (CIRINCIONE, 2007). Adicionalmente, Schneider, Dowdy; Martell (1998) afirmou que a preservação do armamento nuclear em solo ucraniano prejudicaria, ainda mais, a sua economia, em função do seu elevado custo de manutenção.

Em especial, no tocante ao confronto militar com a Rússia, as intensas pressões diplomáticas realizadas pelos Estados do Ocidente, que buscavam o desarmamento nuclear ucraniano, eram realizadas para evitar a instabilidade regional provocada por uma Ucrânia, detentora de armas nucleares, fragilizada política e economicamente. Em contraposição ao desarmamento nuclear, grupos políticos nacionalistas ucranianos pressionavam o seu governo pela manutenção do armamento, na medida em que eles entendiam que um confronto militar com a Rússia era iminente, dado os interesses expansionistas do Estado (MARTELL, 1998).

Diante das dificuldades econômicas e financeiras somadas à questão da ameaça a sua integridade territorial imposta pela Rússia, a Ucrânia não abandonou de imediato as armas nucleares, buscando uma maior integração com as organizações políticas, militares e

³³ Criada em 1991, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) tinha como objetivo, quando de sua formulação, integrar economicamente as várias regiões da ex-URSS, a partir de um mercado comum. Havia, contudo uma grande resistência das elites dos novos Estados, que buscavam, na realidade, garantir sua independência. Assim, esses Estados se guiavam por um nacionalismo aberto e por um alto grau de xenofobia, principalmente contra russos que viviam em seu território desde o passado soviético (Ver CONJUNTURA INTERNACIONAL. 2013).

financeiras ocidentais. Desse modo, a Ucrânia se utilizava de seu arsenal nuclear para negociar a assistência necessária para recuperar sua economia (BRAUN, 2022).

Portanto, percebe-se que as pressões internacionais foram consideráveis. Não interessava aos EUA, a Rússia e a Europa que a Ucrânia permanecesse com as armas nucleares no seu território em razão da significativa instabilidade que elas traziam à região. Caso a Ucrânia possuísse a posse das armas nucleares, a balança de poder penderia para o lado do Estado ou bloco que os ucranianos resolvessem integrar-se.

Em vista dos fatos apresentados, observa-se que a Ucrânia decidiu por renunciar à posse de armas nucleares com intuito de libertar-se da esfera de influência russa — buscando melhores condições políticas e econômicas pelo estreitamento das relações com o Ocidente —; consolidar sua integridade territorial; e ter amplo reconhecimento internacional de sua independência. Por isso, conclui-se que tal renúncia foi realizada em desconformidade com a TEP, permitindo que a Ucrânia ficasse sujeita aos interesses russos, não mantendo, em seu território, o armamento necessário para tornar-se um Estado militarmente forte.

5 A ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO DESARMAMENTO NUCLEAR UCRANIANO PARA A INVASÃO DA CRIMEIA À LUZ DA TEORIA DO EQUILÍBRIO DE PODER

Ao final da Guerra Fria, a preocupação dos líderes soviéticos, ainda, era o ressurgimento da Alemanha como potência militar beligerante na Europa. Por isso, inicialmente, para manter a Alemanha reunificada pacificada, não se opuseram à presença norte-americana e da OTAN na região. O governo dos EUA e da Rússia fizeram um acordo para que essa organização se mantivesse presente na Europa, sem que, no entanto, ela realizasse avanços sobre os Estados que pertenceram a ex-URSS. Conquanto, durante a administração do ex-presidente norte-americano Bill Clinton (1993 – 2001), o acordo não foi cumprido e a OTAN continuou a expandir-se, cooptando Estados satélites da ex-URSS, por conseguinte, interferindo diretamente nos interesses russos (MEARSHEIMER, 2014).

Esse era o cenário em 2008, quando a Geórgia e a Ucrânia, Estados que faziam parte da ex-URSS, demonstraram interesse em participar da OTAN e da UE. A Rússia reagiu autoritariamente com uma resposta contundente: invadiu a Geórgia, não permitindo que este Estado aderisse a essas organizações, constringendo, assim, qualquer movimento ucraniano em prosseguir conforme seus próprios interesses (MEARSHEIMER, 2014).

Em 2014, quando houve uma nova tentativa da Ucrânia em seguir seu rumo político, a Rússia não agiu muito diferente: invadiu a península da Crimeia, em seguida, anexando-a, garantindo os seus interesses na região. O estopim da invasão da Crimeia foi a deposição do ex-presidente ucraniano Viktor Yanukovich (1950 –) em fevereiro de 2014, que era um governante pró-Rússia, por outro pró-ocidental e anti-russo na figura do ex-primeiro-ministro Arseniy Yatsenyuk (1974 –) que demonstrou interesse em aderir à OTAN e a UE. A queda de Yanukovich ocorreu por pressão norte-americana, tendo ele rejeitado um

pacote econômico em negociação com a UE — que continuava a tentar cooptar economicamente a Ucrânia — em detrimento a uma contrapartida de US\$ 15 bilhões oferecida pelos russos (MEARSHEIMER, 2014, p. 4).

Os interesses russos na Ucrânia não envolviam somente fatores econômicos, políticos e sociais, mas, também, a questão de sua segurança. Putin não estava disposto a ceder às pressões ocidentais, não permitindo que a Ucrânia aderisse à OTAN e a UE, e, logo, reagiu — anexando a Crimeia ao território da Rússia em 22 de fevereiro de 2014 — com intuito de contrapor-se ao novo governo que se constituiu (MEARSHEIMER, 2014).

Segundo Mearsheimer (2014), havia duas correntes de pensamentos que estavam em rota de colisão: o pensamento realista russo; e o pensamento liberal, que permeava as ex-repúblicas soviéticas, difundido pelos norte-americanos, OTAN e UE.

Em essência, os dois lados têm operado com diferentes cartilhas: Putin e seus compatriotas têm pensado e agido de acordo com ditames realistas, enquanto seus pares ocidentais têm aderido a ideias liberais sobre política internacional. O resultado é que os Estados Unidos e seus aliados, sem saber, provocaram uma grande crise na Ucrânia (MEARSHEIMER, 2014, p. 8, tradução nossa).³⁴

Para Mearsheimer (2014), a invasão da Ucrânia evidenciou que a *realpolitik*³⁵ não estava desacreditada como pressupunham os pensadores da corrente liberal. Essa violação territorial mostrou que, mesmo após o enfraquecimento daquela política em razão do aparecimento do mundo unipolar — que não foi prevista pelos realistas e surgiu com a queda da ex-URSS e a ascensão hegemônica norte-americana —, o realismo retornava a posição de destaque entre as teorias das RI, contrapondo-se ao liberalismo. Ademais, esta escola de pensamento afirmava que a corrente realista já não possuía relevância no século

³⁴ “In essence, the two sides have been operating with different playbooks: Putin and his compatriots have been thinking and acting according to realist dictates, whereas their Western counterparts have been adhering to liberal ideas about international politics. The result is that the United States and its allies unknowingly provoked a major crisis over Ukraine.” (MEARSHEIMER, 2014, p. 8).

³⁵ *Realpolitik* refere-se a política exterior baseada: no interesse do Estado; nas políticas advindas da competição desregulada dos Estados; nas políticas que melhor atendem aos interesses de um Estado; nas políticas que preservam o fortalecimento do Estado (WALTZ, 1979, p. 117)

XXI e a Europa poderia manter-se livre de guerras e conflitos armados, seguindo princípios liberais como o estado de direito, interdependência econômica e democracia (MEARSHEIMER, 2014).

Para Mearsheimer (2014), em relação às questões de segurança, a *realpolitik* tem como base o equilíbrio do poder entre os Estados e o fortalecimento da capacidade militar, enquanto o liberalismo pregava um estilo de segurança coletiva³⁶ que a Ucrânia aderiu por ocasião da renúncia da posse das armas nucleares aprovada por seu parlamento. Dessa forma, entende-se que a adesão da Ucrânia ao sistema de segurança coletiva comprometeu sua própria segurança, ocasionando seu enfraquecimento militar, não estando, portanto, o Estado ucraniano preparado para contrapor-se a uma invasão russa.

Waltz (1979) afirmou que a estrutura do SI impunha restrições às ações dos Estados; e, como confirmação, o sistema, assim, pressionou a Ucrânia: o Ocidente buscou uma Ucrânia livre de armas nucleares para poder cooptá-la política, econômica e militarmente, enquanto a Rússia pensou uma Ucrânia livre de armas nucleares para manter sua posição hegemônica de única potência nuclear na região, sendo, posteriormente, capaz de subjugar outros Estados. A Ucrânia pressionada pelo SI abdicou da posse dessas armas e, por conseguinte, da sua autonomia e independência. Porquanto, para um Estado possuir capacidade de tomar suas próprias decisões, ele deve recorrer ao fortalecimento militar e econômico de forma a não se tornar passível de ingerência externa.

Nesse cenário, a limitada autonomia e independência ucraniana é explicada pelo arranjo interno da TEP. Segundo Waltz (1979), os Estados que se sentem ameaçados,

³⁶ O conceito de segurança coletiva constitui a base da ONU. Por ele se entende que a agressão contra um Estado deve ser enfrentada coletivamente porque a agressão contra um é agressão contra todos. (MINGST, 2014, p. 485). Já a defesa coletiva, baseia-se no princípio da solidariedade mútua entre todos seus membros, como definido no artigo 5º do Tratado da OTAN : "As partes concordam que um ataque armado contra um ou mais deles, na Europa ou na América do Norte, será considerado como um ataque dirigido contra todos eles" (Ver NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION.2022).

mediante esforço interno, devem buscar aumentar sua própria capacidade militar e econômica para se contraporem a potenciais inimigos, haja vista que é a sua própria sobrevivência em risco. Por isso, ao posicionar-se contrariamente à posse das armas nucleares, o governo ucraniano fez seu Estado enfraquecer perante a Rússia que já se constituía como uma ameaça ao seu povo, visto que os russos continuavam a impor seus interesses aos Estados que compunham sua esfera de influência.

Ainda nessa direção, também conforme a TEP, — que explica quando ameaçados, os Estados agem descoordenadamente como “resultado” das diversas variáveis que compõem o SI na ordem anárquica onde interagem — outra ocasião, que se observou a manifestação do arranjo interno, foi quando Putin ao se sentir ameaçado pelos avanços da OTAN, reequilibrou o poder da Rússia pela reestruturação militar, política e econômica. Contudo, embora a balança do poder encontrar-se equilibrada no plano internacional, depreende-se que, ao nível regional, ela se encontrava em evidente desequilíbrio. Tal evidência surge após a preponderância da Rússia como única potência nuclear na região e seu esforço interno para promover seu fortalecimento pela recuperação militar e econômica; doravante, o Estado russo passou a realizar invasões a outros pertencentes a sua esfera de influência.

Ademais, conforme afirmavam os políticos do Partido Nacionalista ucraniano, uma possível alternativa, para que a Ucrânia permanecesse com seu território inviolado, era manter sua capacidade de dissuasão nuclear. A exemplo da TEP, a posse das armas nucleares manteria a Ucrânia militarmente forte e capaz de preservar seu território por meio do “resultado” produzido pelo seu esforço interno.

Segundo Coutau-Bégarie (2010), “a dissuasão é só uma forma da defensiva, pois ela tem por propósito manter o *statu quo*, impedir o adversário de agir e, logo, atingir os

objetivos que este perseguir” (COUTAU-BÉGARIE, [2010], p. 293). Portanto, nesse aspecto, o objetivo da dissuasão é alcançado não pela capacidade de um estado em defender-se, mas pela capacidade de punir, caso ele seja atacado (WALTZ, 1981). Por isso, a possibilidade de uma retaliação da Ucrânia com o emprego de armas nucleares imporá a Rússia uma reavaliação da invasão à Crimeia; haja vista que o uso desse armamento pelos ucranianos anularia os ganhos obtidos pelos russos em razão do elevado poder de destruição dessas armas, além de suas consequências devastadoras.

Ainda nesse contexto, Waltz (1981) defendeu que se um Estado planeja empregar a estratégia da dissuasão nuclear, esse deve possuir credibilidade para fazê-lo. Desse modo, um ataque promovido por uma Ucrânia detentora de armas nucleares permaneceria crível, não pela existência dessas armas em seu solo, mas, sim, pela incerteza do seu emprego, pois, por mais que fosse improvável, a reversão do controle operacional dos mísseis nucleares era possível.

Corroborando com essa perspectiva, segundo Waltz (1981), o estrategista norte-americano Bernard Brodie³⁷ (1910 – 1978), ao deparar-se com o dilema de como os governos dos Estados se comportam em termos de credibilidade perante uma eventual necessidade do emprego de armas nucleares em contraposição ao seu efeito dissuasor; concluiu que “os governos se comportariam com muita cautela³⁸ na presença de perigos terríveis” (WALTZ, [1981], p. 17).³⁹ Por essa razão, entende-se que, segundo esse pensamento, qualquer agressão contra um Estado detentor de armas nucleares haveria de ser repensado em face da sua elevada e intrínseca capacidade destrutiva.

³⁷ Bernard Brodie (1910 – 1978) foi um estrategista militar norte-americano conhecido por estabelecer os fundamentos da estratégia nuclear. Denominado “o Clausewitz americano”, ele foi o primeiro arquiteto da estratégia de dissuasão nuclear e tentou determinar o papel e o valor das recém-criadas armas nucleares (Ver JEW AGE.2022).

³⁸ Bernard Brodie se refere ao termo “cautela” como o demasiado cuidado e atenção que os Estados devem dispensar aos detentores de armas nucleares (WALTZ, 1981, p. 17).

³⁹ “How do governments behave in the presence of awesome dangers? His answer was ‘very carefully’”.

Portanto, constata-se que a posição do governo ucraniano de não se fortalecer militarmente, desfazendo-se das armas nucleares em seu território, agindo de forma contrária ao proposto pelo arranjo interno da TEP, facilitou a decisão do governo russo pela invasão e, posteriormente, de anexação da Crimeia. Visto que a Rússia não necessitava agir com a devida “cautela”, já que não era mais possível uma retaliação nuclear ucraniana.

Adicionalmente, depreende-se que a Ucrânia precisava ter se mantida forte militar e economicamente, a julgar pelo risco de sua sobrevivência. Como previu, Waltz (1979), o SI pressionou o Estado ucraniano: o Ocidente buscou uma Ucrânia livre de armas nucleares para cooptá-la política, econômica e militarmente, enquanto a Rússia interessava uma Ucrânia livre dessas armas para consolidar-se como única potência nuclear no leste europeu. Por isso, segundo a TEP, quando se trata da segurança e sobrevivência de um Estado, ele deve agir em termos de fortalecimento militar e econômico, assegurando autonomia e independência necessária para tomar suas próprias decisões, e, dessa forma, não ser subjugado por outros ou receber interferências diretas.

Por fim, conclui-se que, em termos regionais, a balança do poder desequilibrou em favor da Rússia. Tal condição ficou evidenciada quando Putin demonstrou poder — sem qualquer retaliação militar por parte do Ocidente — ao invadir a Geórgia e a Ucrânia que buscavam aproximação com a OTAN e a UE. Em consonância com a TEP, Putin, ao promover a recuperação das capacidades militares e econômicas da Rússia, fortaleceu o Estado por um esforço interno e fez a balança do poder retornar a um certo ponto de equilíbrio no plano internacional, contudo, ao nível regional, a situação modificou: o processo de desnuclearização ucraniano impediu que a Rússia e a Ucrânia se equivalesses em poder militar, permitindo, doravante, que os russos passassem a interferir livremente nos interesses dos Estados recém-independentes.

6 CONCLUSÃO

O desarmamento nuclear ucraniano se constituiu em um caso clássico, que foi possível observar o SI moldando as decisões do Estado. O SI agiu na Ucrânia mediante as pressões realizadas pela Rússia e pelo Ocidente: este buscou cooptá-la pela disseminação das principais ideias da corrente neoliberal — interdependência econômica, segurança coletiva, estado de direito e democracia —; e a Rússia atuou motivada pelo interesse do Estado; pelas questões relacionadas ao poder e sua *realpolitik*; e, também, pela ascensão ao poder do autoritário e expansionista presidente Vladimir Putin que, ao iniciar o processo de recuperação da capacidade militar, política e econômica do Estado russo, passou a impedir interferências externas em sua área de influência.

Nesse íterim, observou-se a cooptação engendrada pelas concepções neoliberais, quando a Ucrânia aceitou a proposta de segurança coletiva do Ocidente por ocasião das negociações favoráveis ao seu desarmamento nuclear. Essa proposta ofereceu uma alternativa ao governo ucraniano de ser amparado por forças militares estrangeiras, caso se constituísse alguma ameaça a sua independência e integridade territorial. Dessa maneira, a Ucrânia se tornou dependente de apoio externo para as questões que envolviam a segurança do Estado.

Em decorrência disso, a invasão da Crimeia e sua posterior anexação pela Rússia foram cruciais para transmitir um sinal de alerta ao mundo. Esses fatos colocaram em oposição um pensamento idealista, que prega um mundo livre de armas nucleares, pelo que realmente pode acontecer quando um Estado não dispõe desse tipo de armamento para manter sua autonomia, independência e integridade territorial. Tal violação territorial também expôs a fragilidade do pensamento neoliberal, principalmente, no que concerne ao

ideário da segurança coletiva, pelo simples fato que, quando a Rússia invadiu a Crimeia, não houve intervenções de forças militares estrangeiras em socorro da Ucrânia.

Durante a invasão da Crimeia, a Rússia demonstrou, novamente, operar pela cartilha da *realpolitik*. Ela já tinha, anteriormente, manifestado que seus interesses no leste europeu eram primordiais quando pressionou o governo ucraniano pela devolução e renúncia da posse das armas nucleares, garantindo, após essa transferência, poder como forma de dominação e coação a Estados militarmente mais fracos daquela região. Em seguida, na invasão da Geórgia, quando este Estado e a Ucrânia se interessaram em ingressar na OTAN e na UE; e, mais adiante, na citada invasão da Crimeia, que se sucedeu a uma nova tentativa ucraniana de aproximar-se do Ocidente e seus ideais neoliberais. Por tudo isso, os russos mostraram que seus interesses se sobrepunham a qualquer interesse ucraniano que lhes fossem desfavoráveis naquela região, caracterizando um latente desequilíbrio da balança do poder em seu favor.

Em que pese a consolidação da Rússia como única potência nuclear do leste da Europa, o desequilíbrio da balança do poder em favor dos russos somente foi percebido após a ascensão ao poder do autoritário e expansionista presidente russo Vladimir Putin. Ele iniciou o processo de recuperação das capacidades do Estado russo que, no decurso do esfacelamento da ex-URSS, encontrava-se em péssimas condições militares, políticas e econômicas. Dessa forma, a Rússia somente prosseguiu com seus interesses expansionistas depois do fortalecimento do Estado e da sua hegemonia nuclear naquela região.

Antes do esfacelamento da ex-URSS, conforme a TEP, em seu arranjo externo, os EUA e a ex-URSS se encontravam em certa condição de equilíbrio. Por isso, demonstrações diretas de força não foram realizadas, visto que essas superpotências nucleares se equivaliam em poder. Entretanto, após esse período, o cenário se alterou: com o surgimento

de diversos Estados independentes — alguns com capacidade nuclear, fazendo com que a Rússia se preocupasse em angariar os arsenais nucleares distribuídos por seus territórios —; e com a ascensão de Putin que, conforme o arranjo interno da Teoria, buscou resgatar o poderio do Estado russo. Doravante, demonstrações de poder foram possíveis de ser livremente empreendidas contra Estados da ex-URSS que a OTAN insistia em cooptar. Em virtude dos fatos mencionados, estando a balança desequilibrada em favor da Rússia e objetivando conter os avanços da OTAN, a Rússia invadiu a Geórgia e a Crimeia, na Ucrânia.

Observa-se, portanto, que a Rússia se tornou uma ameaça às aspirações da Ucrânia de agir com independência e autonomia, impedindo que este Estado tomasse suas próprias decisões, quando aquele deliberadamente interferiu nas decisões do governo ucraniano até chegar ao ponto extremo de anexar a Crimeia.

Ademais, conforme a TEP, permanecendo as condições anárquicas do SI, um Estado que esteja sob ameaça, deve fortalecer-se militarmente, criando, assim, condições de contrapor-se a ela por meio de um esforço interno. Isso traz como resultado, em termos absolutos, uma certa condição de equilíbrio de forças com o oponente. Desta feita, cabe neste ponto retomar a questão de pesquisa: a decisão do governo ucraniano pelo desarmamento nuclear contribuiu para a violação da sua integridade territorial? Em síntese, respondendo à questão proposta, confirma-se que a Ucrânia não deveria ter renunciado à posse dessas armas; visto que a posse desse armamento tornaria o Estado ucraniano militarmente forte com capacidade de contrapor-se aos interesses russos, garantindo sua liberdade e independência, agindo, por consequência, conforme seus próprios interesses.

Porquanto, um Estado detentor de armas nucleares altera, significativamente, em seu favor, a complexa equação de forças que movimenta o SI, afetando o comportamento dos demais Estados. Dessa forma, entende-se que uma Ucrânia, detentora

dessas armas, envolveria dois aspectos: uma preocupação do Ocidente e da Rússia com o lado que ela pendesse, o que poderia acarretar um desequilíbrio ao SI; e uma Ucrânia que pudesse rechaçar qualquer tentativa de agressão militar ou de interferência em sua autonomia e independência, dado que a possibilidade do emprego dessas armas nucleares, aumentaria consubstancialmente a capacidade de defender sua integridade territorial.

No que diz respeito à credibilidade do emprego das armas nucleares, observou-se que um ataque promovido por uma Ucrânia detentora desse armamento permaneceria crível, não somente pela simples existência dessas armas em seu território, mas, também, pela dúvida do seu emprego, já que, apesar de improvável, era possível reverter o controle operacional dos mísseis e bombardeiros nucleares em seu território. Logo, seu efeito dissuasor estava mantido pela incerteza de seu emprego, tornando-se suficiente para que a Rússia agisse com “cautela”, por ocasião da decisão da invasão da Crimeia.

Conclui-se, portanto, que a decisão do governo ucraniano pelo desarmamento nuclear contribuiu para a violação da sua integridade territorial, na medida em que a devolução dessas armas fez o Estado militarmente fraco. Esse enfraquecimento evidenciou que a escolha ucraniana foi no sentido contrário ao proposto pelo arranjo interno da TEP. Em razão dessa decisão, não foram oferecidas essas armas como alternativa a tal agressão. Haja vista que estas se configuraram numa possibilidade de dissuasão ou contraposição aos russos que os obrigavam, ao menos, a refazer os cálculos de invasão à Crimeia.

Por fim, observou-se que a Ucrânia foi compelida a abdicar da posse das armas nucleares pelas pressões do SI — seja por motivos idealistas, liberais ou realistas dos diversos atores que compõem essa estrutura — em troca da promessa da segurança coletiva feita pelos Estados ocidentais. A Ucrânia pagou caro com a violação do seu território, tendo sido abandonada pelos Estados que se comprometeram em garantir sua segurança.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Ross. *Security Engineering: A Guide to Building Dependable Distributed Systems*. Cambridge: Wiley, 3ª Edição, 2020.

ARMS CONTROL ASSOCIATION. 2019. *About the Arms Control Association*. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/about#staff>>. Acesso em 21 abr. 2022.

ARMS CONTROL ASSOCIATION. 2022. *Nuclear Weapons: Who Has What at a Glance*. Disponível em <https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclear_weaponswhohaswhat>. Acesso em 08 mai. 2022.

BARUCH, Bernard M. *The Baruch Plan. Presented to the United Nations Atomic Energy Commission, June 14, 1946*. Atomic.Archive, 1946. Disponível em: <<http://www.atomicarchive.com/resources/documents/deterrence/baruch-plan.html>>. Acesso em 17 abr. 2022.

BRAUN, Julia. **Por que Ucrânia abriu mão de arsenal nuclear nos anos 1990**. BBC News, Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60532668>>. Acesso em 24 abr. 2022.

BUZAN, Barry.; WÆVER, Ole. *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CIRINCIONE, Joseph. *Bomb Scare. The history and future of nuclear weapons*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

CONJUNTURA INTERNACIONAL. 2013. **Comunidade dos Estados Independentes: repensando o imperialismo russo**. Disponível em <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/05/08/comunidade-dos-Estados-independentes-repensando-o-imperialismo-russo/>>. Acesso em 24 mai. 2022.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

DW. 2006. **O significado de “Holocausto”**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-significado-de-holocausto/a-1874158>>. Acesso em 21 abr. 2022.

DWIGHT D. EISENHOWER PRESIDENTIAL LIBRARY, MUSEUM & BOYHOOD HOME. 2022. **Atoms for Peace**. Disponível em: <<https://www.eisenhowerlibrary.gov/research/online-documents/atoms-peace>>. Acesso em 21 abr. 2022.

EM INTERNACIONAL. 2020 **Os grandes tratados nucleares assinados por Washington e Moscou**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/22/interna_internacional,1158821/os-grandes-tratados-nucleares-assinados-por-washington-e-moscou.shtml>. Acesso em 28 mai. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1984.

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria geral do Estado**. Tradução de Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRÍAS, Carlos Javier Sánchez. **La vigencia de las armas nucleares en el siglo XXI**. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 22, n. 44. Sevilla: Universidad de Sevilla, España. Araucaria, 2020.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução de Fransmar Costa Lima. São Paulo: Martin Claret, 2006.

JEW AGE.2022. **Bernard Brodie.Biography**. Disponível em: <https://www.jewage.org/wiki/en/Article:Bernard_Brodie_-_Biography>. Acesso em 13 mai. 2022.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KENNEDY, J. F. **State of the Union Address, January 11, 1962**. Uva. Miller Center, 1962. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-11-1962-state-union-address>>. Acesso em 25 mai. 2022.

MARTEL, William C. ***Why Ukraine Gave Up Nuclear Weapons. Nonproliferation Incentives and Disincentives.*** in: SCHNEIDER, Barry R.; DOWDY, William L. ***Pulling Back from the Nuclear Brink. Reducing and Countering Nuclear Threats.*** London: Frank Cass, 1998.

MEARSHEIMER, John. J. ***The False Promise of International Institutions.*** The MIT Press, 1994.

MEARSHEIMER, John. J. ***Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault.*** Foreign Affairs. Set.Out. 2014. Disponível em < <http://www.foreignaffairs.com/articles/141769/john-jmearsheimer/why-the-ukraine-crisis-is-the-west-s-fault>>. Acesso em 17 abril 2021.

MINGST, Karen A. ***Princípios de Relações Internacionais.*** 6. ed. Tradução de Cristina Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORGENTHAU, Hans J. ***Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace.*** 6. ed. Nova Iorque: Knopf, 1993.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION.2022. ***Tratado do Atlântico Norte.*** Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>. Acesso em 16 jun. 2022.

ROBERTS, Brad. ***The Case for U.S. Nuclear Weapons in the 21st Century.*** Stanford: Stanford Security Studies, 2016.

SIRACUSA, Joseph M. ***Nuclear Weapons. A Very Short Introduction.*** Oxford: Oxford University Press, 2008.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY SECURITY COUNCIL. 1994. ***Memorandum on Security Assurances in Connection with Ukraine's Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons.*** Disponível em <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_1994_1399.pdf>. Acesso em 25 mai. 2022.

VARGAS, J. ***Geopolítica de la crisis en Ucrania.*** Perspectivas en inteligencia, vol. 9, n. 18, p. 105-129. Bogotá: Universidad de Bogotá, 2017.

WALTZ, Kenneth N. ***Man, the State, and War: A Theoretical Analysis***. Nova Iorque: Columbia University Press, 1954.

WALTZ, Kenneth N. ***Policy Paper 15: Peace, Stability, and Nuclear Weapons***. Berkeley: University of California, 1995.

WALTZ, Kenneth, N. ***Theory of International Politics***, Berkeley: University of California, 1979.

WALTZ, Kenneth, N. ***Kenneth Neal Waltz. The Physiocrat of International Politics***. Theory Talks, 2011. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/search?q=kenneth+waltz>>. Acesso em 8 mar. 2022.

WALTZ, Kenneth N. ***The spread of nuclear weapons: More may better***. Adelphi Papers 171. London: International Institute for Strategic Studies, 1981.

WEBER, Max. ***Economia e sociedade***. 5. Ed. Brasília: UnB, 1991.